

**NOTA AO BAHIA CIRANDA
26.12.2019**

O acompanhamento da situação é feito pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, por meio da Coordenação de Programas de Proteção (uma vez que há caciques e lideranças do território inclusos no PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos) e da Coordenação de Políticas para Povos Indígenas, ambas integrantes da Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos.

Em situações mais críticas e urgentes, que ganham por isso preponderância sobre as demais, o Gabinete do Secretário atua diretamente, com vistas a garantir os Direitos Humanos dos Povos Indígenas da Bahia.

Na semana passada, dadas a relevância e urgência da situação, o Gabinete do Secretário Carlos Martins convocou uma reunião de urgência com a Casa Militar e com a Secretaria de Segurança Pública. Nesta reunião, estiveram também presentes as lideranças e caciques, além de representantes da equipe do PPDDH, que fizeram relatos de suas denúncias para as autoridades civis, policiais e militares presentes.

Após a reunião, conforme solicitado pela SJDHDS, a Polícia Militar expediu ordem para aumentar o policiamento na região, bem como instaurou-se sindicância para averiguar supostos desvios de função perpetrados, em tese, por policiais militares.

A SJDHDS reafirma o compromisso do Governo do Estado da Bahia com a promoção, defesa e garantia dos direitos dos povos indígenas da Bahia. No caso específico da Terra Indígena Comexatibá, há laudo antropológico da FUNAI (RCID - Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena), devidamente publicado em Diário Oficial da União, comprovando a posse tradicional indígena na região e atraindo a incidência dos artigos 231 da Constituição Federal e 291 da Constituição Estadual, os quais devem ser respeitados por todos.